

ABSTRAT: Este artigo tem o propósito de discutir e incentivar trabalhos voltados para a história bancária catarinense, tendo em vista a exigüidade bibliográfica a respeito. Ao caracterizarmos o meio financeiro estadual catarinense, notamos a ausência de informações referentes ao desaparecimento dos bancos comerciais. Por que desapareceram? Certamente as causas foram múltiplas e cada um daqueles bancos têm sua história a contar.

TÍTULO: Um Território de Caça: O Desaparecimento dos Bancos Privados Catarinenses.

AUTOR: Sérgio Schmitz (SCHMITZ)

CATEGORIA PROFISSIONAL: Professor Titular

ORIGEM: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Até a metade da década de 1930, não existia um só banco privado catarinense. O primeiro banco “barriga-verde”, instalado em 1935, na cidade de Itajaí, foi o Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S/A, o INCO. Contudo, incorporado pelo Banco Brasileiro de Descontos S/A em 1968, omitiremos neste Artigo sua análise, que já foi objeto de estudo (1).

Antes desta data, o que existia no território catarinense era a concretização do ideal cooperativista no plano financeiro, inspirado no sistema de crédito “Raiffeisen” e “Luzzatti”, muito difundido na Europa, trazido pelos imigrantes alemães e italianos.

Essas cooperativas, em verdade, organizaram-se a partir de caixas rurais instituídas nas colônias de imigrantes. Muito prósperas durante o período de moeda estável, desapareceram na medida em que foram surgindo os bancos catarinenses.

O segundo banco “barriga-verde”, foi criado em 20 de junho de 1936, com capital nominal de Rs. 1.200:000\$000 e sob a denominação de Banco Agrícola e Comercial de Blumenau S/A, sediado na cidade de Blumenau. O testemunho de Artur Fouquet permite-nos descrever este banco organizado com capitais de colonos, comerciantes e industriais blumenauenses, com o objetivo principal de ajudar o pequeno agricultor e incorporando caixas agrícolas e de crédito na Região.

É ainda o mesmo Autor que escreve: “Na época mais tenebrosa da história de Blumenau, em 1942, quando cónsules estrangeiros, amparados por autoridades nacionais, mandavam discricionariamente, na economia e política do Estado, incriminando, impunes, os mais honestos e devotados filhos da terra, repito, em 1942, nasceu a idéia de incorporar o Banco Agrícola ao Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S/A, o INCO, com sede em Itajaí, idéia essa que visava impedir a destruição completa da obra que constituía título de orgulho para Blumenau e seu povo”. (2)

Em 30 de junho de 1942, efetivou-se a incorporação. Nessa época o Banco agrícola mantinha agências em Joinville, Jaraguá do Sul, Mafra, Hamônia (hoje Ibirama) e Indaial, municípios catarinenses.

O terceiro estabelecimento bancário catarinense foi o Banco Sul do Brasil S/A, com sede, igualmente em Blumenau desde 1948. Este banco fora fundado em 20 de fevereiro de 1920, pelo armador e industrial Henrique Lage, com capital inicial de Rs. 4.000:000\$000, na cidade do Rio de Janeiro.

Assim, estando em crescimento a empresa do grupo Lage, exigia-se a formação de uma instituição bancária que facilitasse empréstimos, assegurando, dessa forma, a diversificação de atividades orientadas no sentido de manter a liquidez da firma. E como era interesse da Empresa Lage & Irmãos, Henrique Lage monopolizou 75% das ações sobre o capital social (3). Sua primeira diretoria era composta pelo próprio fundador, como presidente, e pelos diretores José O'Donnem, Bernardo Van Reusselauer, Renaud Lage, Eduardo Gomes Ribeiro, Charles Hue e Emílio Nina Ribeiro (4).

Na data de oito de novembro de 1948, a par de uma reforma dos seus estatutos, a sede do banco é transferida para Blumenau. “Tendo sido fundado o Banco Sul do Brasil S/A para operações bancárias, visando mais o centro do trabalho industrial das empresas que tinham como maior acionista o senhor Henrique Lage, localizado no Sul, nos Estados de Santa Catarina e Paraná, aliás como sua própria denominação está indicando e conforme seus estatutos, estabeleceu a sua Caixa Matriz em Blumenau. Acontecendo que em sua sede social têm sido quase nulas as suas operações bancárias, e, tendo em vista que naquela cidade há grande campo para movimentação de negócios, pois o banco dispõe ali de uma vasta clientela, nessas condições, assim localizado em Blumenau, como é, o centro de suas atividades, não se justifica, nem econômica, nem financeiramente, manter sua sede nesta Capital”(5).

Em maio de 1970 é declarada extinta a sociedade em consequência de sua incorporação pelo Banco do Rio Grande do Sul S/A que “atendia não só o imperativo de ordem econômica, mas também de alto sentido institucional e financeiro, recomendado pelo Banco Central do Brasil, como política de redução de custos operacionais”(6).

O quarto banco privado comercial “barriga-verde” denominava-se Banco Mercantil e Industrial de Santa Catarina S/A inaugurado em 1943, com sede em Florianópolis. Sua primeira diretoria era formada por Othon Mader, diretor presidente; Avelino A. Vieira, diretor-superintendente; Jorge Alvim Schmidt, diretor-secretário. Decorridos vinte e dois anos de operação, e com vinte e uma agências no Estado é incorporado, em 1970, pelo Banco Bamerindus do Brasil S/A, com sede em Curitiba (7).

A característica desses bancos consistia em que os créditos que concediam eram liquidáveis a curto prazo e em dia determinado, o que era decorrência da circunstância de se subordinarem os depósitos que recebiam às mesmas condições. Essas operações de crédito pertenciam, especialmente, a desconto de duplicatas, crédito à base de duplicatas caucionadas a adiantamentos de importação e exportação. A Tabela 1 fornece a cronologia da fundação dos bancos catarinenses.

TABELA 1 – Bancos Catarinenses: Ano de fundação.

1935	Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S/A	Itajaí
1936	Banco Agrícola e Comercial de Blumenau S/A	Blumenau
1943	Banco Mercantil e Industrial de Santa Catarina S/A	Florianópolis
1946	Casa Bancária Germano Stein S/A	Joinville
1947	Casa Bancária Hoepcke Ltda	Florianópolis
1948	Banco Sul do Barsil S/A	Blumenau
1962	Banco do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A	Florianópolis

Ainda, ao caracterizarmos o meio bancário catarinense, conforme a Tabela 1, notamos a presença de casas bancárias, diferenciando-se, apenas, dos bancos comerciais pelas atividades mais amplas exercidas por estes.

A primeira casa bancária originou-se de uma das mais tradicionais organizações empresariais do Estado, a firma Stein Irmãos, fundada pelo imigrante alemão Johann Gottlieb Stein, em 1883, e que, ao lado da função correspondente ou intermediário de estabelecimentos bancários, operava em faixa própria, realizando operações de recebimento de depósitos e de concessão de empréstimos. A evolução das operações de crédito fez com que, em 1937, a empresa criasse uma Seção Bancária. “Em 1945, o capital social da Seção Bancária, foi elevado para Cr\$ 1.500.000,00, mínimo indispensável para o funcionamento da futura Casa Bancária Germano Stein S/A” (8) que, em 25 de abril de 1946, através de Carta-Patente nº 60, foi efetivamente autorizada a funcionar como casa bancária, com sede em Joinville.

A sociedade anônima constituída naquela data foi transformada no dia 24 de setembro de 1968 em banco, com a denominação social de Banco Stein S/A. Entretanto, operando como banco teve vida curta, sendo incorporado no ano seguinte, 1969, ao Banco Cidade de São Paulo S/A (9).

Já o segundo estabelecimento do gênero, a Casa Bancária Hoepcke Ltda, originou-se da casa comercial Karl Hoepcke e Cia, criada em 1882 por Carl Hoepcke Senior.

Para evitar problemas decorrentes da perseguição movida contra os alemães e suas empresas, durante o período da Segunda Guerra, o controle acionário da firma passou à família de Aderbal Ramos da Silva, casado com a filha do “patriarca”, Ruth Hoepcke (10).

Aderbal Ramos da Silva, que era sobrinho de Nereu Ramos, Interventor no Estado, candidatou-se a governador de Santa Catarina na primeira eleição direta após o Estado Novo, tendo sido eleito em 19 de janeiro de 1947, pelo Partido Social Democrático, derrotando o candidato da União Democrática Nacional, Irineu Bornhausen.

NA data de 4 de março de 1947, Aderbal Ramos da Silva constitui, juntamente com Acelon Dario de Souza, Rudolfo Scheidemantel, sociedade por cotas de responsabilidade limitada, para exploração do ramo bancário, na cidade de Florianópolis, sob a firma social de Casa Bancária Hoepcke Ltda.

O capital social da casa era de Cr\$ 1.500.000,00, eleva-se para Cr\$ 3.000.000,00 em 14 de agosto de 1947, tornando-se a partir de 1949 depositária do Tesouro do Estado. “Em 1950 quase 20% dos saldos do Tesouro estarão depositados nesta Casa. Este percentual cai rapidamente nos anos seguintes “ (11). A Casa Bancária Hoepcke não sobrevive até 1952, quando seu criador, Aderbal Ramos da Silva, agora em oposição ao governo de Irineu Bornhausen (1951/56), transformou a sociedade por cotas de responsabilidade limitada em sociedade anônima, com mudança de categoria, sob a de Banco Nacional do Paraná e Santa Catarina S/A, com sede transferida de Florianópolis para a cidade de Londrina, Estado do Paraná, incorporado em 1969 pelo Banco Nacional da Lavoura e Comércio, de São Paulo.

Por outro lado, em Santa Catarina, a primeira intervenção do poder público estadual no setor financeiro, até então exclusivamente da iniciativa privada, foi em 1962 com a inauguração do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – BDE, instituição de crédito há muito ansiada para resolver a falta de crédito a “longo-prazo” para a economia “barriga-verde”.

A idéia somente é concretizada durante a administração do governador Celso Ramos (31/01/1961 a 31/01/1966), em cujo governo é criado o referido instituto bancário, capacitado a fornecer o apoio creditício necessário para desencadear o processo de crescimento e fortalecimento econômico do Estado. Ocorria que a maior parcela dos capitais investidos pelas agências governamentais na Região Sul era canalizada para os Estados vizinhos que dispunham de algumas pré-condições econômicas para que houvesse uma pronta

resposta aos estímulos governamentais. Some-se a isso a posição periférica do Estado e, a nível local a competição e conflito das oligarquias catarinenses (12).

Desde o início de suas operações tornara-se o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A – BDE, o arrecadador exclusivo da tributação estadual, um fluxo que era privilégio do Banco INCO.

Em Santa Catarina, a oferta de crédito a “longo-prazo”, para financiamento industrial e para as hipotecas, se limitava a uns poucos recursos oferecidos por agências governamentais, como o BNDES, Caixa Econômica e o Banco do Brasil. Tais financiamentos, a juros subsídios, eram altamente disputados pelos Estados interessados e, em muitos casos, a sua distribuição se guiava por injunções políticas e critério das superiores autoridades bancárias. E Santa Catarina, como Estado pequeno e sem grande influência no plano federal, vê-se, não raro, prejudicado na partilha. O BDE foi inaugurado para vencer a inércia e a estagnação da economia catarinense que estava submetida à carência de investimentos em setores básicos. Cabe assinalar, ainda que o BDE foi um caso típico, na medida em que, ao definir uma maneira de atuar, caracterizou-se como um banco comercial e ao mesmo tempo de fomento e desenvolvimento econômico. No que diz respeito à sua expansão, estendia sua rede de agências pelas diferentes regiões geo-econômicas do Estado, instalando, inclusive, nos municípios, nos municípios onde já existiam dependências de outros bancos, incrementando, portanto, a concorrência.

A propósito, é interessante informar que na década de 60, operavam quatro bancos comerciais privados com matrizes no Estado. A saber: Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina; Casa Bancária Germano Stein S/A; Banco Sul do Brasil S/A e Mercantil e Industrial de Santa Catarina S/A. Ressalta-se, contudo, que todos foram absorvidos pelos bancos nacionais, conforme demonstra a Tabela 2.

TABELA 2 – Instituições Bancárias Catarinenses: Desaparecimento via
Incorporação – 1968/1970

Ano: 1968

Absorvidor: Banco Brasileiro de Descontos S/A – São Paulo

Absorvido: Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S/A – Itajaí

Ano: 1969

Absorvidor: Banco Cidade de São Paulo S/A – São Paulo

Absorvido: Casa Bancária Germano Stein S/A – Joinville

Ano: 1970

Absorvidor: Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre

Absorvido: Banco Sul do Brasil S/A – Blumenau

Ano: 1970

Absorvidor: Banco Bamerindus do Brasil S/A – Curitiba

Absorvido: Banco Mercantil e Industrial de Santa Catarina S/A - Fpolis

A presença dos bancos privados catarinenses vai diminuindo, quando então, em 1971, não se verifica a presença de nenhum, com exceção de um banco oficial estadual (BDE). Ademais, como se pode notar, a concentração bancária foi particularmente aguda. A seguir a Tabela 3 permite verificar com detalhe o número de estabelecimentos bancários no território catarinense.

TABELA 3 – Bancos Catarinenses, por categoria

ESTABELECEMENTOS BANCÁRIOS					
Anos	Banco Federal	Banco Oficial Estadual		Bancos Privados	
	Agências	Matrizes	Agências	Matrizes	Agências
1960	11	-	-	04	13
1970	29	01	40	02	18
1971	32	01	40	-	15

É interessante verificar que no ano de 1960 existiam quatro casas matrizes catarinenses e treze nacionais instalados no Estado. No ano de 1971, vamos observar a presença de quinze estabelecimentos bancários nacionais e a ausência total dos bancos “barriga-verde”.

Por que desaparecem os bancos privados catarinenses? Os anos setenta seriam os mais importantes para o desenvolvimento industrial do Estado e da sua economia como um todo. Certamente as causas foram múltiplas e cada um daqueles bancos têm sua história a contar. Como e em quais circunstâncias ocorreram as absorções? A literatura referente ao setor financeiro do Estado é escassa. Constata-se, em vista da exigüidade bibliográfica sobre o problema, a necessidade de se incentivar trabalhos a respeito.

NOTAS

- (1) SCHIMTZ, Sérgio. Banqueiros e partidos políticos em Santa Catarina (1935-1968). In: Anais do II Congresso Brasileiro de História Econômica e 3ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói: ABPHE, 1996, p. 267-273.
- (2) FOUQUET, Artur. O desenvolvimento do crédito em Blumenau. In: Blumenau. Prefeitura. Centenário. 1950, p. 198.
- (3) BOSSLE, Ondina Pereira. Henrique Lage e o desenvolvimento sul-catarinense. Florianópolis, 1979.p.64. Dissertação (mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.
- (4) RIBEIRO, Benedito, GUIMARÃES, Mário Mazzei. História dos bancos e do desenvolvimento financeiro do Brasil. São Paulo, Ed. Pro-Service, 1967, p.418.
- (5) BANCO SUL DO BRASIL S/A. Ata da Assembléia Geral Extraordinária. Rio de Janeiro, 8 nov. 1948.

- (6) _____ . Ata da Assembléia Extraordinária. Blumenau, 6 maio 1970.
- (7) SCHMITZ, Sérgio. Bancos privados e públicos em Santa Catarina: a trajetória do BDE. São Paulo, 1982. p.153-136 . Tese (Doutorado em Ciências) – Curso de Pós-Graduação na área de História Econômica, Universidade de São Paulo.
- (8) ALMEIDA, Rufino Porfírio. A empresa comercial e industrial Germano Stein S/A: 1883 – 1983. São Paulo, 1984, p. 243. Tese (Doutorado em Ciências) - Curso de Pós-Graduação na área de História Econômica, Universidade de São Paulo.
- (9) SCHMITZ, Sérgio, op.cit., p.70.
- (10) HERING, Maria Luiza Renaux. Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau, Ed. da FURB.1987.p.63. Contudo, parece-nos que o controle acionário da empresa é transferido para Aderbal Ramos da Silva em decorrência de seu casamento com Ruth Hoepcke, e não exatamente em função da Guerra, pois, naquela ocasião, a “lista negra” norte-americana colocava a citada empresa à margem do processo de perseguição. In: Schmitz, Sérgio, op.cit., p.140.
- (11) CARREIRÃO, Yan de Souza. Eleições e sistema partidário em Santa Catarina: 1945-1979. Florianópolis, ED. da UFSC, 1990. p.45.
- (12) VER, a respeito, SCHMITZ, Sérgio. Planejamento estadual: a experiência catarinense com o Plano de Metas do Governo – PLAMEG (1961-1965). Florianópolis, Ed. da UFSC, 1985.